privadas são órgãos auxiliares do Sistema Nacional de Crédito Rural, cabendo-lhes conduzir os financiamentos conforme as diretrizes da política creditícia estabelecida pelo governo.

Para tal utilizam recursos oriundos da exigibilidade do crédito rural, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, que corresponde à média diária de 25% (vinte e cinco por cento) dos depósitos à vista.

A política de aplicação das instituições financeiras é direcionada, conforme essa disponibilidade de recursos, ao atendimento das finalidades definidas para o crédito rural (custeio, investimento e comercialização).

As linhas de crédito operadas por essas instituições contemplam as seguintes finalidades:

- Custeio agrícola e pecuário;
- Custeio de sementes e mudas certificadas ou fiscalizadas;
- Investimento agrícola e pecuário;
- Comercialização agrícola e pecuária;
- Financiamento às atividades pesqueiras;
- Avicultura ou suinocultura de corte explorada sob regime de parceria-sistema de integração;
- Aquisição de bens para posterior fornecimento a cooperados;
- Financiamento para aquisição de CPR.

De acordo com o Sistema de Crédito Rural brasileiro, são beneficiados por essas linhas os produtores rurais - pessoas físicas ou jurídicas, os condomínios, os arrendatários e outros que se dediquem à produção comercial e cujas atividades tenham fins lucrativos, bem como suas cooperativas e associações.

As instituições financeiras privadas, especialmente aquelas que vêm de processos de privatização no âmbito do setor público estadual, têm

larga experiência no ramo agrícola, ao lado das instituições financeiras oficiais e bancos cooperativos, e reúnem condições suficientes e necessárias para atuar no Crédito Rural com recursos subvencionados na forma disciplinada pela Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

Entretanto, esse diploma legal, em seu art. 4º, limita a operacionalização dessa linha subvencionada às instituições financeiras oficiais e aos dos bancos cooperativos, conforme alteração introduzida pela Lei nº 9.848, de 26 de outubro de 1999.

Faz-se necessário, portanto, estender às instituições financeiras privadas legitimidade legal e normativa para operar nessa linha de crédito indispensável ao desenvolvimento agrícola do País.

Esse é o objetivo de nosso projeto de lei, que, se aprovado, colaborará para o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro.

Ademais, além dos recursos obrigatórios que as instituições financeiras privadas normalmente carregam para o financiamento da atividade rural, passarão a aplicar recursos adicionais, de natureza orçamentária, indispensáveis ao incremento das políticas governamentais de incentivo à produção agrícola.

Cabe salientar, por fim, que a inserção das instituições financeiras privadas no sistema de subvenção econômica nas operações de crédito rural sujeitá-las-á aos limites e normas operacionais estabelecidos pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, especialmente no que diz respeito a custos de captação e aplicação de recursos, bem como ao acompanhamento e fiscalização do Banco Central do Brasil, conforme estabelecem os arts. 5º e 6º do diploma legal citado.

Sala das Sessões, em   de   de 2003.

Deputado RICARDO IZAR